



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N.º 10/09
SESSÃO ORDINÁRIA
30-06-2009

Sessão realizada na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Sines. -----

Início – 21:00 h -----

PRESENCAS: -----

PRESIDÊNCIA: Francisco Maria Pereira do Ó Pacheco (C.D.U.) -----

1º Secretário: Carlos Alberto do Carmo C. Espadinha (C.D.U.) -----

2º Secretário: José Eduardo Félix da Costa (C.D.U.) -----

Idalino Sabido José (P.S.) -----

Fernando Miguel Ramos(PS) -----

José Arcanjo Ferreira Costa (C.D.U.) -----

Francisco Pereira Venturinha (PPD/PSD) -----

Hélder Alexandre Gil Guerreiro (C.D.U.) -----

Paula Luísa Macedo Augusto Pereira (P.S.) (Substituição) -----

João Manuel Mexa (CDU) -----

Manuel Maria Dias Lampreia (P.S.) -----

Helena Margarida R.C. Sales (C.D.U.) -----

João Francisco Batista Craveira da Silva (P.S.) -----

Carlos Alberto Guerreiro Murta (C.D.U.) -----

Micael Alexandre da Silva Raposo (PPD/PSD) -----

Fernanda Maria da Silva Duarte Moura (C.D.U.) -----

Sidónio Francisco Rosa Salgado (P.S.) -----

João Manuel Damas (CDU) -----

Martinho José Fráguas Pinho (C.D.U.) -----

Carlos Manuel Jesus Salvador (P.S.) -----

António Gonçalves Correia (C.D.U.) -----

José Manuel Guerreiro Arsénio (P.S.) -----

FALTAS : -----

Susana Cristina Nogueira da Silva (P.S.) -----

Acácio Dionísio dos Santos (Independente) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária
30-06-09

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINES: -----

Presidente: Manuel Coelho Carvalho -----

Vereadora: Marisa Filipa Santos Rodrigues dos Santos -----

Vereador: António José Nogueira de Almeida -----

Vereador: Nuno José Gonçalves Mascarenhas -----

Vereador: Albino Manuel André Roque -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Foi dado conhecimento através da Mesa da Assembleia Municipal das seguintes substituições -----

A Senhora Susana Cristina Nogueira da Silva, nos termos da Lei 5-A/2002 pediu a sua substituição para a sessão de 30-06-2009, sendo substituída pela Senhora Paula Luisa Macedo Augusto Pereira.-----

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1 – Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do nº. 1 do artº 53 da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, republicada pela Lei nº. 5 – A/2002 de 11 de Janeiro. -----

2 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da construção da Escola Básica e Jardim de Infância do Plano de Pormenor Sul de Sines. -----

3 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para alteração do anexo II, referente ao Regulamento de Requalificação do Edificado do Núcleo Antigo de Sines, assim como o adiamento, pelo período de um ano, para aplicação das normas que majoram o IMI. -----

4 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para alteração ao Mapa de Pessoal – Docentes das Actividades de Enriquecimento Curricular – AEC’S. -----

Antes da Ordem do Dia: -----

Actas: -----

Presentes as actas nºs. 14/08 de 15-12-2008, a nº. 15/08 de 29-12-08 e a nº. 01/09 de 12-01-09, as quais foram aprovadas condicionalmente, ficando o Senhor Deputado Idalino José de apresentar algumas correcções à acta de 15.12.2008, relativamente às suas intervenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

30-06-09

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a oportunidade aos munícipes presentes e deputados municipais para usarem da palavra, tendo se registado as seguintes inscrições: -----

Senhor Deputado José Félix, sugeriu que fosse feito um minuto de silêncio em homenagem ao Senhor José Rodrigues Vilhena, autarca e Siniense, falecido no passado dia 18 de Maio de 2008, o qual foi aceite por todos os presentes. -----

Senhor Deputado Carlos Salvador, sugeriu que fosse asfaltado a estrada de terra batida junto ao encalhe, porque a mesma funciona como acesso alternativo à cidade e encontra-se em péssimo estado. -----

Senhor Deputado João Mexa, sublinha a forma ordeira como decorreram as eleições para o Parlamento Europeu no concelho de Sines, lamentando porém que nem todos os partidos se esforçaram para minimizar a abstenção registada. Congratula-se com a estrondosa derrota do Partido Socialista em Sines e no País. Congratula-se também com o excelente resultado alcançado pela C.D.U., obtendo mais de 70.000 mil votos e sendo força maioritária em três grandes distritos, designadamente Setúbal, Beja e Évora, são igualmente maioria em quatro concelhos do litoral. Refere que no concelho de Sines foram força maioritária, o que não acontecia desde 1994. -----

Foi dada a palavra aos munícipes presentes: -----

Senhor Manuel Lança, refere que independentemente quem seja eleito Presidente da Câmara Municipal nas próximas eleições autárquicas, gostaria que não se verificasse o encerramento da avenida Vasco da Gama durante o verão. Na sua opinião trata-se de um atentado contra as pessoas que vivem em Sines e contra aqueles que visitam a cidade, porque causa transtorno aos residentes e baralha os visitantes. -----

Salienta que no seu entender existem alternativas para tentar resolver a situação, poupando críticas à Câmara Municipal, nomeadamente libertando a via junto à falésia para a circulação de veículos, deixando o outro espaço livre para as iniciativas. Sugere ainda para efeitos de segurança a colocação de uma vedação ao longo da mesma. -----

Salienta que apesar de todas as críticas e transtornos, o Senhor Presidente da Câmara insiste em ocupar a Avenida da praia durante os três meses de verão, sendo as alternativas uma estrada de terra batida com caixas de esgoto com cerca de 50cm de altura e cheia de buracos, que em nada dignifica a cidade de Sines. -----

Espera que o próximo candidato repense a situação, mas se o Presidente actual continuar a insistir na questão, deseja que não seja reeleito, porque está inteiramente contra. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, refere que se for ele o eleito, seguramente as tasquinhas e a Feira deixam de se realizar naquele local. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

30-06-09

Senhor Deputado Ferreira Costa, refere que como candidato a Presidente de Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não deveria fazer comentários desse tipo, porque segundo ele trata-se de campanha eleitoral. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, refere que é a sua opinião e como tal está num País livre onde as pessoas tem todo o direito de se pronunciarem. -----

Senhor Deputado Francisco Venturinha, relativamente à intervenção do Deputado João Mexa, refere que este mencionou quem perdeu as eleições, mas não mencionou que quem ganhou foi o P.S.D., o que não lhe parece coerente. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Manuel Lança, sobre a utilização da Avenida da Praia, refere que concorda plenamente com o que foi dito, porque só não vê quem não quer. -----

Afirma que o Senhor Presidente da Câmara faz aquilo que entende, como se fosse o dono de Sines, porém essa posição começa a cansar. Espera que quem venha a ser eleito nas próximas eleições autárquicas seja mais sensato e mais coerente, porque Sines merece ser tratado de outra forma. -----

Senhor Deputado João Damas, Procedeu à apresentação de uma Moção sobre os trabalhadores da Repsol em nome da bancada da C.D.U., a qual vai ficar apenas à presente acta e transcreve-se de seguida: -----

"Foi anunciado pela empresa Repsol a aplicação de um processo de Lay-off, durante um período de seis meses nas suas fábricas instaladas no complexo de Sines. Foi também denunciada a dispensa de dois terços dos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços na área da manutenção. No conjunto estas medidas afectam aproximadamente 600 trabalhadores. A somar a esta situação temos as vividas pelos trabalhadores da Carbogal, Compelmada e de muitas outras pequenas empresas do complexo, em que os despedimentos ou "férias forçadas" são a realidade. -----

Os eleitos da CDU demonstram uma profunda preocupação com estas medidas, e chamam a atenção para os impactos que as mesmas terão nas vidas destes trabalhadores e respectivas famílias, assim como no tecido social e económico de todo o concelho. -----

Em Setembro de 2008, há 8 meses atrás, a empresa REPSOL, com o patrocínio do estado português, anunciava obras de ampliação no valor de 1000 milhões de euros que arrancariam nessa altura e que iriam permitir triplicar a produção do complexo petroquímico. Dizia a empresa nessa altura que iriam ser criados cerca de 500 novos postos de trabalho entre directos e indirectos, já na fase de produção e cerca de 1500 empregos durante as obras de ampliação. O presidente da REPSOL referia que "Portugal é um dos mercados prioritários para a REPSOL". Todos estes anúncios tiveram o alto patrocínio do 1º. Ministro José Sócrates e do seu Ministro Manuel Pinho, que se deslocaram à empresa dando amplo destaque ao investimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária
30-06-09

Passados pois estes 8 meses, o resultado é este, a coberto da crise tenta-se aumentar os lucros do grande capital à custa de quem trabalha, à custa de quem produz riqueza. Os Deputados da CDU nesta Assembleia Municipal não podem ficar conformados com esta situação e condenam as empresas que apesar dos lucros terem aumentado nos últimos anos, adoptam agora medidas penalizadoras para os seus trabalhadores, com especial incidência para os trabalhadores precários. A situação representa graves e reais prejuízos, para os trabalhadores afectados, suas famílias e de modo geral para a população do nosso concelho. Não aceitamos que mais uma vez sejam os trabalhadores a pagar pelos erros cometidos por outros. Não aceitamos que a vida dos trabalhadores e das suas famílias seja secundarizada em detrimento da manutenção de linhas políticas de direita que só se preocupam com a defesa do grande capital. -----

Assim sendo, os Deputados da CDU nesta Assembleia não podem deixar de mostrar toda a sua solidariedade com todos os trabalhadores do Complexo de Sines que vivem presentemente horas de angústia e incerteza em relação ao seu futuro e das suas famílias, disponibilizando-se para os apoiar da forma que se tornar mais necessária.” -----

Senhor Deputado Carlos Espadinha, fez um reparo à Câmara Municipal de Sines, relativamente ao almoço dos Pescadores, realizado no passado dia 31 de Maio. Salaria que não esteve presente no mesmo, mas teve conhecimento que o Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul, não mereceu o tratamento mais correcto. Refere que o convidado em questão é o representante da maioria dos pescadores presentes nesse almoço, pelo que pretendeu fazer uma intervenção, tendo-lhe sido vedada essa oportunidade. -----

Salaria ainda que o mesmo não fez parte da mesa dos convidados. Lamenta esta ocorrência, porque não é habito existirem procedimentos destes para com os convidados e porque a pessoa em questão merecia outra atenção. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, refere que existe uma proposta de Moção, apresentada pelo João Damas em solidariedade com os Trabalhadores da Repsol, uma vez que está em causa a aplicação de um processo de lay-off, em que metade dos trabalhadores irão ficar em casa durante seis meses, auferindo apenas uma parte do vencimento. Salaria que a intenção do Senhor Deputado João Damas será colocar a Assembleia Municipal à disposição dos trabalhadores da Repsol, se entenderem que essa ajuda é pertinente. -----

Senhor Deputado José Arsénio, relativamente à Moção, refere que a bancada da CDU e o seu candidato deveriam estar satisfeitos com a situação da Repsol, porque afirmam que a indústria química, ou outra qualquer não deveriam existir em Sines. -----

Salaria que a razão desta Moção talvez se deva ao facto do sindicato afecto à CGTP-IN, não ter interferido nas negociações, porque há cerca de três anos teve uma negociação bastante complicada em que ajudou cerca de 60 trabalhadores da REPSOL a não assinarem o acordo da empresa, acabando ao fim de três anos por assinar o acordo da empresa, porque estavam a ser prejudicados a nível remuneratório em cerca de 500 euros cada um. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

30-06-09

Relativamente à Moção e como já referiu que a CGTP-IN, como não foi chamada a interferir e por ser afecto à CDU, vem lamentar-se da situação. Afirmo que considera o acordo com a Comissão de Trabalhadores e a administração da empresa muito bom. -----

Esclarece que os trabalhadores não vão ficar três meses em casa, mas sim um mês com oitenta por cento do vencimento. Finaliza referindo que não poderá votar favoravelmente a Moção, porque ela vem da parte de quem nunca defende os trabalhadores. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à intervenção do Deputado José Arsénio, refere que este nunca o ouviu dizer que ficaria feliz se o complexo petroquímico terminasse, pelo que não deverá mentir, mas sim aprender a ouvir o que as pessoas efectivamente dizem e não o que pretendia que elas dissessem. Frisa que como nunca ninguém o ouviu da sua boca tais afirmações sente-se ofendido. -----

Sublinha que foi eleito Presidente da Câmara Municipal em 1976 e quando se começou a trabalhar e a tomar decisões sobre o complexo industrial foram os comunistas os seus primeiros e principais aliados. Esclarece que a Petroquímica fez-se por despacho e parecer de um Governo Provisório presidido por Vasco Gonçalves com o parecer favorável da Comissão Administrativa de Sines e do Partido Comunista Português. -----

Frisa que prova disso é o Plano Director Municipal, o qual foi elaborado pela C.D.U., onde era o principal coordenador e responsável. Foi essa mesma C.D.U. que colocou num Plano Director Municipal, único no país e o primeiro a ser aprovado, os interesses nacionais com o seu voto favorável. Por tudo isso espera que tais afirmações maldosas e falsas não se voltem a repetir. -----

Senhor Deputado Hélder Guerreiro, refere que parece que o Deputado José Arsénio, não pretende aprovar a Moção e como tal diz que a CGTP-IN é afectada à C.D.U., pois se não quer, não o faça, porém não deverá levantar processos de intenções sobre as pessoas, sobre o sindicato e sobre o Partido Comunista Português, porque foi o partido que sempre esteve e está ao lado dos trabalhadores. -----

Senhor Deputado João Damas, refere que é triste e lamentável que certas pessoas aproveitam todas as situações para se dizerem defensoras dos trabalhadores e de uma sociedade mais justa, utilizem o tipo de discurso proferido pelo Deputado José Arsénio. -----

Frisa que a Moção apresentada em nome da banca da C.D.U., só tinha um fim, nomeadamente apelar a todas as pessoas do concelho que reflectissem sobre a situação dos trabalhadores em causa. Salaria que considera normal e dado estar inserido numa força política com uma linha coerente, utilizar algumas expressões da linha ideológica onde está inserido. Lamenta que existam ainda pessoas que não conseguem compreender as diferenças de expressão de cada um. -----

Sublinha que é ridículo dizer-se que os trabalhadores da Repsol fizeram um grande acordo, quando na realidade se está a oferecer um terço do seu vencimento. Foca ainda a situação dos inúmeros trabalhadores com situação precária que trabalham no complexo petroquímico e que ninguém fala deles, sobretudo os Senhores Deputados do Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

30-06-09

Socialista, porque as políticas governamentais durante os últimos quatro anos só agravaram a vida dos trabalhadores que ainda tinham direitos e penalizaram cada vez mais aqueles que já não usufruíam deles, por isso não deve ser falado, porque os envergonha, não só como políticos, mas também como pessoas. -----

Senhor Deputado Ferreira Costa, afirma que está solidário com os trabalhadores do Complexo de Sines e do País, que se encontrem em situações críticas, no entanto refere que a Moção contém informações que considera erradas, designadamente a Repsol nunca disse que iria criar 500 novos postos de trabalho, mas sim manter os postos de trabalho actuais. Salaria que se for aceite a presente alteração concorda com a Moção. -----

Senhor Deputado Sidónio Salgado, refere que tal como o Deputado Ferreira Costa, também ele, se forem efectuadas alterações à Moção, não terá problemas em manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores, apesar dos mesmos já terem chegado a um acordo com a empresa. -----

Senhor Deputado Idalino José, refere que são e sempre foram solidários com os trabalhadores, porém não sabe qual foi a fonte que o Deputado João Damas utilizou, para afirmar que irão retirar um terço do vencimento aos trabalhadores, porque não é essa a informação de que dispõe, assim como também não é verdade que a Repsol tenha afirmado que iriam ser criados 500 novos postos de trabalho. Considera que a Moção em causa não relata factos, mas sim inventa-os e utiliza as dificuldades actuais das empresas e dos trabalhadores para fazer uma chincana política, que não leva a nada. -----

Sublinha que se a intenção for combater o Partido Socialista, poderão fazê-lo, uma vez que a democracia o permite, porém devem falar verdade sobre o que se passou e o que foi acordado com os trabalhadores. Finaliza referindo que não tem nada contra, ou a favor da Moção, mas simplesmente abstêm-se da matéria. -----

Senhor Deputado João Damas, esclarece que o que foi proposto aos trabalhadores foram duas situações: um vencimento até 1.350 euros mensais, ou uma redução de vinte por cento no vencimento, não lhe tendo sido questionado se aceitavam, ou não a lei-off. -----

Frisa que felizmente os trabalhadores em causa ainda conseguem dispor de alguma coisa para a sua subsistência, o problema são todos os outros que foram despedidos sem direitos alguns e sobre esses o Partido Socialista não diz rigorosamente nada. -----

Senhora Deputada Helena Sales, refere que não discute números, por que não está devidamente informada sobre o assunto, porém sabe que um familiar seu ao fim de 28 anos ao serviço nessa empresa, vem para casa com sessenta por cento do que auferia. ----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao munícipe Manuel Lança, que se disponibilizou para prestar informações sobre o assunto, uma vez que é trabalhador da Repsol. -----

Senhor Manuel Lança, refere que o que foi proposto pela Comissão de Trabalhadores, após negociações com a administração da empresa, foi que iria ser decretado lay-off



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

30-06-09

durante seis meses e de acordo com a lei vigente, os trabalhadores iriam para casa com três ordenados mínimos nacionais, sujeitos a descontos, ou então iriam com oitenta por cento do valor total que cada um auferir, incluindo todos os subsídios, rotativamente. Foi decidido também que não irão ficar em casa cinquenta por cento dos trabalhadores e os restantes a trabalhar, mas sim irá ser rotativo. Num turno com quatro trabalhadores, dois irão ficar a trabalhar rotativamente de 15 em 15 dias, o que significa que mensalmente não irão ser afectados em vinte por cento, porque quando estão a trabalhar estão a auferir o ordenado por inteiro. -----

Refere que o presente acordo é talvez o melhor acordo lay-off alguma vez conseguido por qualquer outra empresa. -----

Senhora Deputada Helena Sales, rectifica o valor referido na sua intervenção, dizendo que efectivamente não é sessenta por cento, mais sim oitenta por cento. -----

Não havendo mais intervenções foi a Moção submetida à votação com a indicação que os Senhores Deputados Ferreira Costa e João Damas irão fazer os devidos acertos, tendo sido a mesma aprovada, por maioria, com o seguinte resultado: -----

C.D.U.: 11 votos a favor . -----

P.S.: 6 votos a favor. -----

P.S.: 2 abstenções. -----

P.S.D.: 2 abstenções. -----

Declaração de Voto: -----

Senhor Deputado Micael Raposo, refere que a Moção contém uma componente política demasiado forte, daí a sua abstenção. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines, interveio respondendo às questões que foram colocadas antes da Ordem do Dia. Relativamente à estrada do Encalhe, diz que foi decidido asfaltar esse troço de via, de forma a estar concluída antes da abertura das tasquinhas, o que não foi possível, porém já está assinado o lançamento da empreitada, embora não fosse obrigação da Câmara Municipal fazê-lo, porque a obra estava incluída no loteamento, contudo garante que a obra será realizada, o mais breve possível. -----

Sobre a questão do encerramento da Avenida Vasco da Gama, refere que o Presidente da Câmara Municipal, não é dono de Sines, nem pretende sê-lo. É eleito e tem a devida sensatez para analisar as questões. Salaria que gostaria de convidar as pessoas que intervieram, um na qualidade de munícipe, outro na qualidade de Deputado a frequentarem as tasquinhas e a falarem com as pessoas, porque acredita que falam sem saber o impacto do evento junto dos sinienses e dos visitantes. Afirma que uma das suas preocupações é analisar as reacções das pessoas e se for necessário sugere a realização de um referendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

30-06-09

sobre a matéria em causa. Frisa que a radicalização do discurso acompanhado de uma dose de visceralidade, não tem por objectivo analisar a questão. -----

Informa que a avenida da praia tem que ser progressivamente transformada, existindo uma candidatura aguardando aprovação, no montante de dez milhões de euros destinada para intervenção no núcleo histórico e na referida avenida, no intuito de valorizar o espaço, uma vez que constitui uma componente importantíssima para a cidade, assim como para a sua periferia. No seu entender esta não deverá ser vista como um eixo viário prioritário, mas sim como uma componente urbana da cidade, porque existem vários percursos alternativos, quer para os sinienses, quer para os turistas. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sobre a mudança do local para a realização do evento, responde que não irá mudar, porque este, não terá oportunidade para isso. -----

Relativamente à sugestão do senhor Manuel Lança, refere que não é possível encurtar o espaço, porque afectava radicalmente o evento e iria causar constrangimentos na segurança das crianças. Frisa que é o primeiro a não querer incomodar a população. Afirma que a população de Sines tem votado progressivamente na lista onde esta e assim será, porque procura ir sempre ao encontro dos interesses de Sines. Afirma que continuará a apostar na valorização da avenida com as tasquinhas e com a feira de Agosto, porque deverá ser um lugar aprazível e tranquilo, onde os sinienses e os turistas se sintam bem.

Relativamente à intervenção do Deputado Carlos Espadinha, sobre a Festa dos Pescadores, refere que já no ano passado foi decidido que só o Presidente da Câmara Municipal usaria da palavra, porque trata-se de uma festa e não de uma oportunidade para fazer comícios. Por sugestão do representante da Mútua dos Pescadores foi decidido que este ano também só usaria da palavra o Presidente da Câmara Municipal. Afirma que ninguém foi mal tratado, tendo todos sido bem recebidos. Finaliza referindo que foi uma grande festa que homenageou e honrou os pescadores e seus familiares. -----

Senhor Deputado Francisco Venturinha, referiu que o Senhor Presidente insinuou que ele não frequentava as tasquinhas, porém esquece-se que quem sugeriu a realização das tasquinhas em Sines foi ele. Frisa que o evento foi iniciado durante o mandato do Senhor Francisco Maria Pereira do Ó Pacheco como Presidente da Câmara Municipal, onde ele desempenhava as funções de vereador do pelouro do turismo. -----

Sublinha que o modelo das tasquinhas surgiu com ele coadjuvado por outras pessoas, tendo mais tarde sido copiado, mas o Senhor Presidente não tem a humildade de o reconhecer. -----

Salienta que o Senhor Presidente da Câmara tem uma forma arrogante e malcriada de tratar as pessoas e com ele não tem sido excepção, porém tem perdoado esse comportamento porque não quer confusão. Foi eleito para dar o seu contributo aos sinienses e às pessoas que votaram nele, não prestando atenção às provocações que lhe tem sido dirigidas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

30-06-09

Senhor Deputado Sidónio Salgado, Refere que o encerramento da Avenida Vasco da Gama provoca-lhe transtornos no seu quotidiano, porém não está contra realização das tasquinhas, nem contra a opção de cortar o trânsito durante alguns períodos de tempo, mas durante três meses de verão, não concorda porque considera um abuso e uma teimosia do Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Senhor Deputado Idalino José, refere que Sines dispõe de uma circular externa que por sua vez faz ligação à Avenida Humberto Delgado, pelo que considera que proceder à execução de uma rotura nessa circular, não vem beneficiar a cidade em termos de circulação. -----

Considera fundamental a criação de condições, visto que as mesmas ainda não o foram ao longo de 32 anos, para que seja possível devolver o mar aos sinienses. Com a instalação do complexo industrial, os sinienses voltaram costas ao mar, porém considera que é fundamental devolvê-lo novamente, até porque vai ao encontro daquilo que é a identidade dos naturais de Sines. Acredita que é possível conciliar as duas questões sem necessidade de estar a fazer um corte abrupto na circulação. -----

Não havendo mais intervenções, entrou-se na Ordem de Trabalhos: -----

Ponto Nº. 1 – “Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do nº. 1 do artº. 53 da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, republicada pela Lei nº. 5 – A/2002 de 11 de Janeiro.” -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, passou de seguida a apresentar o referido ponto, fazendo uma síntese do que considera mais relevante: -----

Lançamento da primeira pedra do Bairro Residencial da Cercisiago; participação no processo de transformação da gestão das escolas; realização das comemorações do Dia da Criança, com a participação de mais de 1.200 crianças; fornecimento de refeições às crianças carenciadas; aprovação do projecto do Pavilhão Multiusos em Porto Covo, tendo as obras já iniciado; estão a decorrer na Avenida Vasco da Gama, obras de remodelação nos sanitários existentes; desenvolvimento de esforços no sentido de transformar a via rápida numa avenida, porque considera importante reforçar a ligação da cidade com o mar; concretização de protocolos com as colectividades na vertente do desporto e na vertente da cultura; atribuição de seis bandeiras azuis, o que revela que existem águas de qualidade nas praias e que a Câmara Municipal faz um investimento extraordinário com nadadores salvadores e limpeza das praias, o que se revela cada vez mais na afluência de turistas em Porto Covo e em Sines; realização de uma reunião com a equipa gestora do Polis Litoral com o intuito de realização de uma boa candidatura para Porto Covo e praia da Samoqueira. -----

Senhor Deputado Hélder Guerreiro, questiona o Senhor Presidente da Câmara, relativamente aos resultados da reunião realizada, no dia 25 de Junho com a Agência Portuguesa do Ambiente, sobre a contaminação dos solos, salvaguarda dos aquíferos e a garantia do abastecimento de água à população. Se existir acta da mesma, solicita que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

30-06-09

mesma seja enviada para a Comissão Especializada do Ambiente analisar a evolução do assunto. -----

Senhor Deputado Carlos Murta, relativamente ao relatório, solicita esclarecimentos, sobre a reunião realizada com as Estradas de Portugal relativamente ao processo de desclassificação do troço da via rápida e respectiva transformação em avenida marginal. ---

Congratula-se pela criação do serviço de atendimento da Câmara Municipal de Sines, o qual foi inaugurado no passado dia 15 de Junho em Porto Covo, considerando que o mesmo é muito importante para a população de Porto Covo. Relativamente à acção social sublinha a assinatura do protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a Associação para o Desenvolvimento de Porto Covo com vista à construção do Centro Cívico daquela aldeia. -----

Sublinha ainda todas as diligências efectuadas pela Câmara Municipal, no sentido da construção do Pavilhão Polidesportivo de Porto Covo. -----

Senhor Deputado José Arsénio, Relativamente ao relatório de actividades sublinha a importância da inauguração do serviço de atendimento da Câmara Municipal em Porto Covo, porque muitos munícipes tem dificuldade para se deslocarem a Sines. Refere que a Junta de Freguesia está disponível para colaborar no que for necessário. -----

Manifesta também agrado pelo início das obras do Pavilhão Polidesportivo, que no seu entender já deveria ter sido construído, não fosse algumas forças contrárias à execução do mesmo. Sublinha ainda o apoio da Câmara Municipal no Raid BTT Alvalade/Porto Covo, no dia 17 de Maio, organizado pelo Futebol Clube Alvaladense e fortemente apoiado pela Junta de Freguesia de Porto Covo.-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, chama a atenção para as construções clandestinas da Herdade da Parreira, porque as mesmas estão a evoluir negativamente sem qualquer intervenção, quer do Parque Natural, quer da Câmara Municipal, pelo que questiona se a Autarquia tem conhecimento da situação e o que está a desenvolver para impedir a proliferação das construções clandestinas. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines, esclarece que foi realizada uma reunião com a Agência Portuguesa do Ambiente, onde participaram a Administração Regional de Recursos Hídricos, Águas de Santo André, Autoridade de Saúde e Instituto Regulador de Águas e Resíduos, o Presidente da Câmara Municipal de Sines e o Engenheiro Pedro Martins. Salaria que a reunião em questão foi importante, porque foi revisto tudo o que está a ser feito, assim como o que deverá ser feito, tendo sido decidido fazer um estudo mais aprofundado e mais alargado da situação. -----

Refere que devem ser assacadas responsabilidades a quem as tenha e elaborar um Plano de Tratamento dos Solos e do Aquífero. Informa que está também em curso, por parte das Águas de Santo André a aquisição de filtros de carvão activado, os quais têm demonstrado resultados positivos no tratamento de contaminantes, prevendo-se a sua instalação num horizonte de três meses. Sublinha que foram elencadas uma série de questões,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

30-06-09

nomeadamente controlar e acabar com as captações de água das empresas dentro dos seus polígonos, porque considera que as mesmas são um crime. -----

Informa que num prazo de quinze dias haverá um ponto de situação, designadamente a avaliação das novas análises, assim como de outras medidas que deverão ser tomadas. Afirma que as medidas em questão devem ser conduzidas pelo Ministério do Ambiente que é a entidade dotada de capacidade e poder para o efeito. Garante que toda a documentação que estiver em poder da Câmara Municipal será apresentada à Assembleia Municipal e o resultado das análises será divulgado no site da Autarquia como é sua prática. -----

Sobre a questão levantada pelo Deputado Carlos Murta, refere que tem tido inúmeras reuniões sobre a desclassificação do troço do IP-8 e que a situação já se arrasta há cerca de três anos, tendo a última reunião decorrido no passado dia 29 de Maio com as Estradas de Portugal e a empresa que vai executar as obras da A-26, a Edifer. Explica que a Câmara Municipal reivindica 6km de desclassificação, desde as esteiras até ao Porto Petrolífero e que as Estradas de Portugal/Ministério dos Transportes concessionaram um troço até ao viaduto da floresta. A Câmara Municipal pretende que sejam desclassificados, que passem para a posse da Autarquia e que sejam integrados na futura avenida, prevendo-se a construção de uma circular para dar acesso à ZIL- 2. -----

Salienta que o protocolo realizado com a "Gralha" é importante, porque espera que a candidatura seja aprovada para a realização do Centro de Dia em Porto Covo. No momento existe a instalação do pré-fabricado que faz a transição entre uma coisa e a outra. Informa também que a Autarquia procedeu à candidatura para a construção de uma escola integrada em Porto Covo destinada ao primeiro ciclo e pré-escolar. -----

Sobre o Raid BTT, refere que foi uma das maiores realizações desportivas e turísticas em Porto Covo nos últimos tempos, onde participaram cerca de 1.400 pessoas, tendo a Câmara Municipal todo o orgulho em ter cooperado na iniciativa em questão. -----

Sobre a Herdade da Parreira, refere que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deve andar distraído, porque a Câmara Municipal de Sines está a aguardar que haja decisão sobre as demolições, mas como existem pessoas poderosas recorreram para tribunal, tendo as execuções ficado a aguardar decisão judicial. Pediu autorização para passar a palavra à Vereadora Marisa Rodrigues, uma vez que é esta que tem ultimamente acompanhado o processo. -----

Senhora Vereadora Marisa Rodrigues, refere que a Câmara municipal em 04.09.02, deliberou que fosse ordenado a demolição de todas as construções existentes na referida Herdade. Salienta que na altura o processo foi bastante concertado entre diversas entidades, designadamente o Parque Natural para acertar todos os pormenores e contingências relativas ao processo de demolição, tendo a Quercus por iniciativa própria se unido à Câmara Municipal e ao Parque Natural, mostrando o seu empenho e colaboração. Perante isto os proprietários das quintinhas formaram uma Associação para defesa dos seus interesses. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

30-06-09

Entretanto quer a Câmara Municipal, quer o Parque Natural realizaram algumas reuniões com os proprietários das chamadas quintinhas, porém não havia nas propostas apresentadas soluções legais, quer à luz da Lei Geral em vigor e do regulamento do Parque Natural, quer à luz do Plano Director Municipal, tendo estes decidido avançar pela via contenciosa, o que determinou que as demolições fossem suspensas. -----

Informou que nos últimos anos tem surgido novas edificações, sendo o procedimento da Câmara Municipal igual para com os novos proprietários, designadamente notificação, instauração de processo de contra-ordenação e a conseqüente demolição da construção clandestina. Frisa que as novas construções estão todas identificadas estando a decorrer processos nos seus devidos trâmites. -----

Sublinha que a questão das construções clandestinas da Herdade da Parreira, tem merecido por parte da Câmara Municipal a devida atenção e tem feito tudo o que é possível fazer, muito embora tenham sido impedidos de cumprir a deliberação tomada, devido à decisão judicial. Refere que a questão dos clandestinos da Parreira tem sido uma das preocupações centrais dos juristas que acompanham o Plano Director Municipal. A Câmara Municipal está atenta e está a defender-se em tribunal, porque entende que a razão está do seu lado. -----

Salienta que tiveram conhecimento do embrião de uma situação semelhante publicitada através de um jornal que incitava à compra de quintinhas, tendo a Câmara Municipal de imediato tomadas as devidas diligências preliminares, prestando informação pública através do seu site municipal e apresentado de imediato uma queixa junto do IMO que é o organismo que controla as agências imobiliárias, tendo o processo cessado por aí. -----

Refere que é desejo da Câmara Municipal que o referido processo da Parreira seja concluído o mais rapidamente possível de forma a dar cumprimento à sua deliberação. -----

Em complemento à intervenção do Senhor Presidente, sobre as bandeiras azuis e aos nadadores-salvadores, informa que não é possível dispor de nadadores salvadores em número suficiente para cobrir todas as praias logo no início da época balnear. Salienta que tem conhecimento que há capitães de porto que são bastante flexíveis, permitindo ainda o funcionamento de acordo com o modelo antigo, designadamente um nadador salvador por praia, porém o capitão de porto de Sines é muito exigente e não só exige dois nadadores em permanência, como também exige dois nadadores em permanência por cada 100 metros de frente de praia, o que considera completamente impraticável. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, refere que a sua chamada de atenção vem na sequência da questão do Deputado Carlos Murta, sobre a desclassificação do troço do IP-8, junto à Cova do Lago e quanto à autorização da dotação financeira que o mesmo proporciona para investir em Porto Covo. Assim sendo relembra que foi aprovada uma recomendação na Assembleia Municipal, no sentido de que não tendo nada contra a operação em questão, mas que antes da utilização da verba noutros fins ficasse garantida a construção da rotunda do IP-8 para acesso à Cova do Lago, assim como ao empreendimento turístico. Frisa que de acordo com as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal essa garantia ainda não está salvaguardada, pelo que não lhe parece



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

30-06-09

aconselhável utilizar verbas destinadas a operações de loteamento antes que a situação esteja resolvida, porque pode levar a ilegalidades. -----

Relativamente à Herdade da Parreira, refere que em 2002, a Câmara Municipal tomou nota que existiam construções clandestinas na referida Herdade, as quais tem vindo a aumentar, porque os proprietários recorrem para tribunal e as demolições são suspensas e por sua vez a Câmara não pode fazer nada, quando todos os instrumentos de planeamento urbanístico impedem essas construções, não só o Plano Director Municipal, como também o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. -----

Segundo ele as construções em questão deverão ser demolidas de imediato, não compreendendo a situação de que o tribunal seja o "bode expiatório", para que não haja uma atitude dura e radical em relação à clandestinidade da Parreira, independentemente de existirem pessoas poderosas, ou não envolvidas no processo, sob pena de futuramente existir outra aldeia em Porto Covo sem infra-estruturas, porque trata-se de centenas de quintas. A partir do momento que vão construindo refugiando-se na decisão do tribunal a tendência é para aumentar. Cita exemplos de situações semelhantes ocorridas em Almada, Seixal, Costa da Caparica, Quinta do Conde, Sesimbra e outros. Se a Câmara Municipal continuar à espera de decisões judiciais, corre-se o risco de perder a jóia turística do concelho. -----

Sublinha ainda que a Câmara Municipal também está a deixar passar ao lado, a venda de pequenas parcelas de terreno na zona do Pessegueiro, pelo que considera que a jóia do concelho, para além dos acessos degradados, passou também a ser um clandestino eminente, onde já não há capacidade de retorno e acredita que o presente executivo não o consiga fazer, porque sete anos depois tudo continua na mesma. Frisa que é necessário dar o exemplo e assim que surja uma nova construção, haja uma deliberação, um embargo e de seguida a demolição, porque corre-se o risco de nunca mais haver controlo na situação. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, questiona o Senhor Presidente da Assembleia, sobre quantas intervenções fez? -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, responde que foram centenas ao longo dos anos que esteve à frente dos destinos do município de Sines. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, refere que acredita que a Câmara Municipal está muito mais preocupada com a situação do que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque esta leva muito a rigor a questão da qualidade urbanística e do planeamento, sendo exemplar nisso. Afirma que Sines era um deserto, aquando da sua tomada de posse, porque à excepção do Plano Director Municipal, não existia rigorosamente nada, era o terceiro mundo puro e duro. Tendo posteriormente existido a preocupação de pôr ordem nas coisas, pelo que não aceita "ataques". -----

Ainda sobre a situação da Herdade da Parreira, afirma que a Câmara Municipal, não pode reagir contra os tribunais. Não se trata de reear enfrentar quem quer que seja e exemplo disso foi a sua posição quando praticamente sozinho enfrentou a GALP, quando se tratava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

30-06-09

de uma mega negociação, por isso sente-se à vontade para dar provas daquilo que é capaz de fazer, sem grandes alardes, questionando onde andavam essas pessoas nessa altura? -----

Senhora Vereadora Marisa Rodrigues, relativamente à afirmação do Senhor Presidente da Assembleia, sobre a existência de venda de parcelas de terreno frente à ilha do Pessegueiro, explica que foi exactamente essa situação que referiu aquando da sua intervenção, tendo a Câmara Municipal tomado todas as diligências para acabar com as vendas. Assegura que não existe nenhuma divisão legal de lotes nessa zona e que foram tomadas todas as medidas cautelares para que todas as entidades tivessem conhecimento do que se estava a passar. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, refere que o processo de clandestinos da Parreira surge como emanção dos mesmos senhores que fizeram os clandestinos da Quinta do Conde, em Sesimbra e nalgumas zonas do Seixal, onde eram feitas divisões em quintinhas, onde as pessoas compravam uma promessa de uma área de terreno que na prática não existia. -----

Salienta que em Porto Covo existiu uma particularidade interessante, porque o processo é levado para a Direcção Distrital das Finanças, onde o Senhor Director-Geral emite cerca de 200 cadernetas prediais sob uma declaração do Instituto de Gestão do Território em que alterava o uso do solo, passando de sequeiro para regadio e cultura arvense. Em suma, um despacho clandestino, uma autorização clandestina, onde alguém em Setúbal até emitiu cadernetas prediais. -----

Salienta que o resultado desse processo disciplinar instaurado pelo Ministério do Ambiente foi o despedimento de um topógrafo. Refere que chegou a levar o processo a conhecimento de dois secretários de estado, solicitando que fosse anulado os referidos registos existentes na conservatória, porque construções a Câmara Municipal não iria permitir. Porém tudo ficou na mesma, sendo a única forma encontrada para resolver a situação, o despedimento do referido funcionário. -----

Frisa que é necessário ter cuidado porque trata-se da repetição de situações que ocorreram há 30 anos, até porque passou no local e deparou-se com um letreiro com um número de telefone a dizer que vendiam-se quintinhas com 400 metros quadrados. -----

Senhor Deputado José Arsénio, refere que o passado incomoda nas alturas mais impróprias. A questão da Herdade da Parreira arrasta-se há quase 25 anos, tendo sido vendida com base numa mentira, porém os proprietários conseguem registar as quintas e conseguem ter a propriedade em seu nome. Sublinha que a situação o preocupa, assim como o preocupa a venda baseada na mentira de um hipotética urbanização na zona da Caniceira, sob o pretexto de: "comprem que depois de ser vendido 80 por cento da propriedade, a Câmara Municipal é obrigada a legalizar a situação." Para aliciarem na compra utilizam ainda outra estratégia que consiste em dizer aos potenciais compradores que várias entidades públicas e privadas já procederam à aquisição das tais quintinhas. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

30-06-09

Informa que já manifestou o seu desagrado no local junto dos vendedores. Refere que a Câmara Municipal deveria insistir mais na divulgação de informação, porque tem conhecimento que muito recentemente foram vendidos dois lotes nesse local. -----

Senhor Deputado Carlos Salvador, refere que a Câmara Municipal deveria colocar placas informativas nessas áreas, alertando para as pessoas não adquirirem lotes, porque ao fazê-lo correm o risco de perderem o investimento. -----

Não havendo mais intervenções passou-se ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos: ----

Ponto Nº. 2 - “Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da construção da Escola Básica e Jardim de Infância do Plano de Pormenor Sul de Sines”. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, refere que a Câmara Municipal está a fazer um esforço significativo para dotar o município de Sines de boas escolas. Explica que a autarquia reservou uma parte importante dos dinheiros resultantes das candidaturas para o fim em vista, pelo que dos 6,5 milhões de euros de contratualização 3,5 milhões de euros destinam-se às escolas de Sines. -----

Informa que a construção da escola está em curso, prevendo-se a sua conclusão no final de Agosto, entrando em funcionamento no início do ano lectivo. Trata-se de um equipamento importante, dispondo de oito salas de aula destinadas ao 1º. ciclo e quatro salas de aula destinadas ao pré-escolar, assim como salas de apoio. -----

Salienta que a Câmara Municipal, no momento tem uma capacidade de endividamento de médio e longo prazo de 7,5 milhões de euros, mas mesmo que estivesse esgotado a capacidade de endividamento poderia recorrer ao referido empréstimo. Explica que se trata de um montante de quinhentos e vinte e sete mil e duzentos e sessenta euros para um empréstimo a 15 anos, constituindo uma boa medida para a gestão da Câmara Municipal, uma vez que é um empréstimo a longo prazo e com juros baixos, pelo que solicita aos deputados que tenham em conta a importância da referida medida para a viabilização dos equipamentos de educação na cidade de Sines. -----

Senhor Deputado Micael Raposo, chama a atenção para os elevados spreads apresentados, referindo que existem duas instituições bancárias a avaliar pelos valores apresentados, não devem querer fazer a referida operação. Frisa que considera a obra em questão bastante importante para o concelho, contudo questiona se será necessário recorrer ao endividamento para a realizar, uma vez que existem 6 milhões de euros que foram disponibilizados pela GALP. No seu entender é uma questão de avaliação de prioridades, ou queremos fazer uma cidade desportiva, ou pretendemos fazer os parques escolares. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, responde que o montante negociado com a GALP tem um fim, destinando-se o mesmo à construção da cidade desportiva e não para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

30-06-09

realização de outras obras. Refere que existe outra negociação com a GALP para a construção de uma escola tecnológica. -----

Senhor Deputado Micael Raposo, afirma que não acredita que a GALP só disponibilize o dinheiro para a construção da cidade desportiva, porque considera que isso é entrar na estratégia de gestão da Autarquia. -----

Não havendo mais intervenções, foi a proposta da Câmara Municipal para contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da construção da Escola Básica e Jardim de Infância do Plano de Pormenor Sul de Sines, submetida à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----

Ponto N.º 3 da Ordem de Trabalhos: “Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para alteração do Anexo II, referente ao Regulamento de Requalificação do Edificado do Núcleo Antigo de Sines, assim como o adiamento, pelo período de um ano, para aplicação das normas que majoram o IMI”. -----

Senhora Vereadora Marisa Rodrigues, procedeu à explicação do referido ponto, salientando que o regulamento em si já estava aprovado, faltando apenas as devidas correcções ao mapa de delimitações. Voltou à Assembleia Municipal porque o anexo II correspondente à classificação dos imóveis requer actualização anual e como é parte integrante do regulamento, a referida actualização deve ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal. -----

Relativamente à questão da majoração, refere que de acordo com o regulamento em vigor, os edifícios que estejam devolutos e os proprietários não iniciem no prazo de um ano quaisquer diligências com vista à reabilitação dos mesmos, designadamente a entrega nos serviços camarários de um processo de licenciamento existiria uma majoração no IMI. -----

Explica que foi proposto em reunião de câmara que a aplicação da referida regra fosse adiada pelo período de um ano, tendo em conta a situação financeira e económica que se vive no momento e que poderá levar a que muitos proprietários não tenham condições financeiras para avançar com a reabilitação dos prédios, pelo que considera aceitável prorrogar o prazo por mais um ano. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, explica que a planta de delimitações que foi entregue aos senhores deputados tem a ver com uma correcção de delimitações, uma vez que o regulamento em questão, quando foi aprovado pela Assembleia Municipal, foi com a condição de ser integrado nos limites do edificado, o património da Santa Casa da Misericórdia e o edifício da Câmara Municipal e na planta anexa que foi recebida, não constava ainda essas correcções, daí a Câmara Municipal ter procedido à respectiva correcção. -----

Não havendo mais intervenções, foi a proposta da Câmara Municipal para alteração ao Anexo II, referente ao Regulamento de Requalificação do Edificado do Núcleo antigo de Sines, assim como o adiamento, pelo período de um ano, para aplicação das normas que majoram o IMI, sujeita à votação, a qual foi aprovada, por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

30-06-09

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, salientou que atendendo que a documentação relativa ao ponto n.º 4 da ordem de trabalhos – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para alteração ao Mapa de Pessoal – Docentes das Actividades de Enriquecimento Curricular – AEC'S, só chegou hoje à Assembleia Municipal e de acordo com a lei e o regimento, não pode ser distribuído aos senhores deputados, logo não poderá ser discutido. A Assembleia Municipal convocará uma reunião para os próximos dias, caso seja urgente, senão será discutido mais tarde. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, refere que o ponto em questão é importante e urgente e crê que a Assembleia Municipal já recebeu a documentação há mais dias. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, refere que o documento só hoje foi à reunião de câmara. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclarece que efectivamente o que foi hoje à reunião de câmara foi a correcção do referido documento -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, refere que o dia anterior à realização da reunião foi o último dia para colocação de mais assuntos na agenda e como o documento em questão não estava na posse da Assembleia Municipal, não é possível discuti-lo. Afirma que será marcada uma reunião extraordinária para o efeito, uma vez que o assunto é urgente como referiu o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, frisa que dada a importância e urgência da questão, a Câmara Municipal irá solicitar a convocação de uma reunião extraordinária para apreciação e votação da matéria relativa ao 4.º Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos da sessão eram 0.30 horas do dia 1 de Julho de 2009. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária
30-06-09

Dos trabalhos desta sessão e para que conste, foi elaborada a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia que a subscreveu.-----

Sines, 01 de Julho de 2009.-----

O Presidente da Assembleia

Francisco Maria Pereira do Ó Pacheco

O 1º Secretário

Carlos Alberto do Carmo Costa Espadinha

O 2º Secretário

José Eduardo Félix da Costa

Moção

O Dep. Dem. (H) o Dep.
Ferreira Costa pondera
algunh mudanças ao texto

Foi anunciado pela empresa Repsol a aplicação de um processo de Lay-off, durante um período de seis meses nas suas fábricas instaladas no complexo de Sines. Foi também denunciada a dispensa de dois terços dos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços na área da manutenção. No conjunto estas medidas afectam aproximadamente 600 trabalhadores. A somar a esta situação temos as vividas pelos trabalhadores da Carbogal, Compelmada e de muitas outras pequenas empresas do complexo, em que os despedimentos ou “férias forçadas” são a realidade.

Os eleitos da CDU demonstram uma profunda preocupação com estas medidas, e chamam a atenção para os impactos que as mesmas terão nas vidas destes trabalhadores e respectivas famílias, assim como no tecido social e económico de todo o concelho.

Em Setembro de 2008, há 8 meses atrás, a empresa Repsol, com o patrocínio do estado português, anunciava obras de ampliação no valor de 1000 milhões de euros que arrancariam nessa altura e que iriam permitir triplicar a produção do complexo petroquímico. Dizia a empresa nessa altura, que iriam ser criados cerca de 500 novos postos de trabalho entre directos e indirectos, já na fase de produção e cerca de 1500 empregos durante as obras de ampliação. O presidente da REPSOL referia que “Portugal é um dos mercados prioritários para a Repsol”. Todos estes anúncios tiveram o alto patrocínio do 1º ministro José Sócrates e do seu Ministro Manuel Pinho, que se deslocaram à empresa dando amplo destaque ao investimento.

Passados pois estes 8 meses, o resultado é este, a coberto da crise tenta-se aumentar os lucros do grande capital à custa de quem trabalha, à custa de quem produz riqueza. Os Deputados da CDU nesta Assembleia Municipal não podem ficar conformados com esta situação e condenam as empresas que apesar dos lucros terem aumentado nos últimos anos, adoptam agora medidas penalizadoras para os seus trabalhadores, com especial incidência para os trabalhadores precários. A situação representa graves e reais prejuízos, para os trabalhadores afectados, suas famílias e de modo geral para a população do nosso concelho. Não aceitamos que mais uma vez sejam os trabalhadores a pagar pelos erros cometidos por outros. Não aceitamos que a vida dos trabalhadores e das suas famílias seja secundarizada em detrimento da manutenção de linhas políticas de direita que só se preocupam com a defesa do grande capital.

Assim sendo, os Deputados da CDU nesta Assembleia não podem deixar de mostrar toda a sua solidariedade com todos os trabalhadores do Complexo de Sines que vivem presentemente horas de angustia e incerteza em relação ao seu futuro e das suas famílias, disponibilizando-se para os apoiar da forma que se tornar mais necessária.

Os Deputados Municipais da CDU

